



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

2015-2016





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Tribunal de Justiça

2015-2016

Presidente

Desembargadora **Cezarinete Angelim**

Vice-Presidente

Desembargadora **Denise Bonfim**

Corregedora Geral da Justiça

Desembargadora **Regina Ferrari**

Membros

Desembargadora **Eva Evangelista**

Desembargador **Samoel Evangelista**

Desembargador **Pedro Ranzi**

Desembargador **Roberto Barros**

Desembargador **Francisco Djalma**

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Desembargador **Laudivon Nogueira**

Desembargador **Júnior Alberto**

Desembargadora **Maria Penha**

Elaboração

Diretoria de Gestão Estratégica

Gerência de Planejamento Estratégico e Orçamentário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Rua Tribunal de Justiça, s/nº - Via Verde

CEP 69.920-193 - Rio Branco-AC

Tels.: (68) 3302 0357 / 3302 0356

www.tjac.jus.br

APRESENTAÇÃO	3
Missão	4
Visão.....	5
Valores Institucionais.....	6
Mapa estratégico	7
Organização Judiciária	9
Infográfico de Desempenho.....	10
Perspectiva Sociedade	14
Perspectiva Processos Internos	16
Perspectiva Pessoas, Organização e Infraestrutura	53
Perspectiva Sustentabilidade Financeira	72
Metas estabelecidas pelo CNJ.....	81
Metas Nacionais 2015.....	82
Metas Nacionais 2016.....	8
Desempenho do Plano Estratégico a Longo Prazo.....	85
Plano Estratégico 2015-2020	88
Considerações Finais	93

A garantia de direitos e democratização do acesso à justiça representam os pilares que fundamentam a missão do Poder Judiciário do Estado do Acre, pressupondo uma prestação contínua, regular, eficiente e eficaz dos serviços jurisdicionais e requerendo das Administrações um olhar focado em processos de gestão que permitam um melhor uso dos recursos disponíveis.

É nesse sentido e, em particular, a partir da implementação do Planejamento Estratégico, que as ações vêm sendo desenvolvidas, sempre com o objetivo de fortalecer e implantar novas metodologias/tecnologias para o aprimoramento do sistema de justiça no Estado do Acre, modernizando estruturas, fortalecendo as unidades prestacionais, aperfeiçoando e capacitando sua força de trabalho, além da forte atuação no quesito da responsabilidade social.

Notadamente, é necessário compreender que o nível de modernização e capacidade de atendimento às populações do Estado, depende de uma dotação orçamentária que lhe garanta os investimentos necessários e manutenção regular de suas atividades. Nesse sentido, os Fundos Especiais constituem uma fonte de receita própria que auxiliam na consecução dos planos estratégicos do Tribunal.

Assim, esse relatório visa demonstrar o uso dos recursos provenientes desses fundos e os resultados institucionais alcançados no exercício de 2015/2016, à luz das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2015 - 2019.

MISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA do Estado do Acre

É a declaração da razão de ser de uma Instituição que a individualiza e a distingue de outras Instituições, impondo a delimitação de suas atividades. A missão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre permanece a que foi definida no primeiro ciclo de planejamento estratégico do Tribunal em 2009.

**“Ser reconhecido pela efetividade na
prestação de serviço jurisdicional para o
Estado do Acre e pelo elevado
desempenho no Judiciário Nacional”**

VISÃO DO Tribunal de Justiça do Estado do Acre

A visão de futuro é a base do planejamento e da gestão estratégica, pois contempla a situação futura desejada em longo prazo. Deve ser uma meta ambiciosa e servir como um guia para a definição dos objetivos e a realização da missão, descrita de forma simples, objetiva, partilhada por todos na Instituição. O Tribunal de Justiça do Estado do Acre tem como visão de futuro:

“Ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciários e sociais para o Estado do Acre”

VISÃO

VALORES INSTITUCIONAIS

Princípios que servem de critério para os comportamentos, atitudes e decisões de todas e quaisquer pessoas que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos estejam executando a missão, na direção da visão. Sendo assim, todos os colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre devem se relacionar entre si, com a sociedade e demais partes envolvidas da Instituição em geral, por meio dos valores prezados. Os valores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre são:

Justiça

Respeito

Celeridade

Transparência

Honestidade

Compromisso

Ética

Moralidade

Independência

Responsabilidade Social e Ambiental

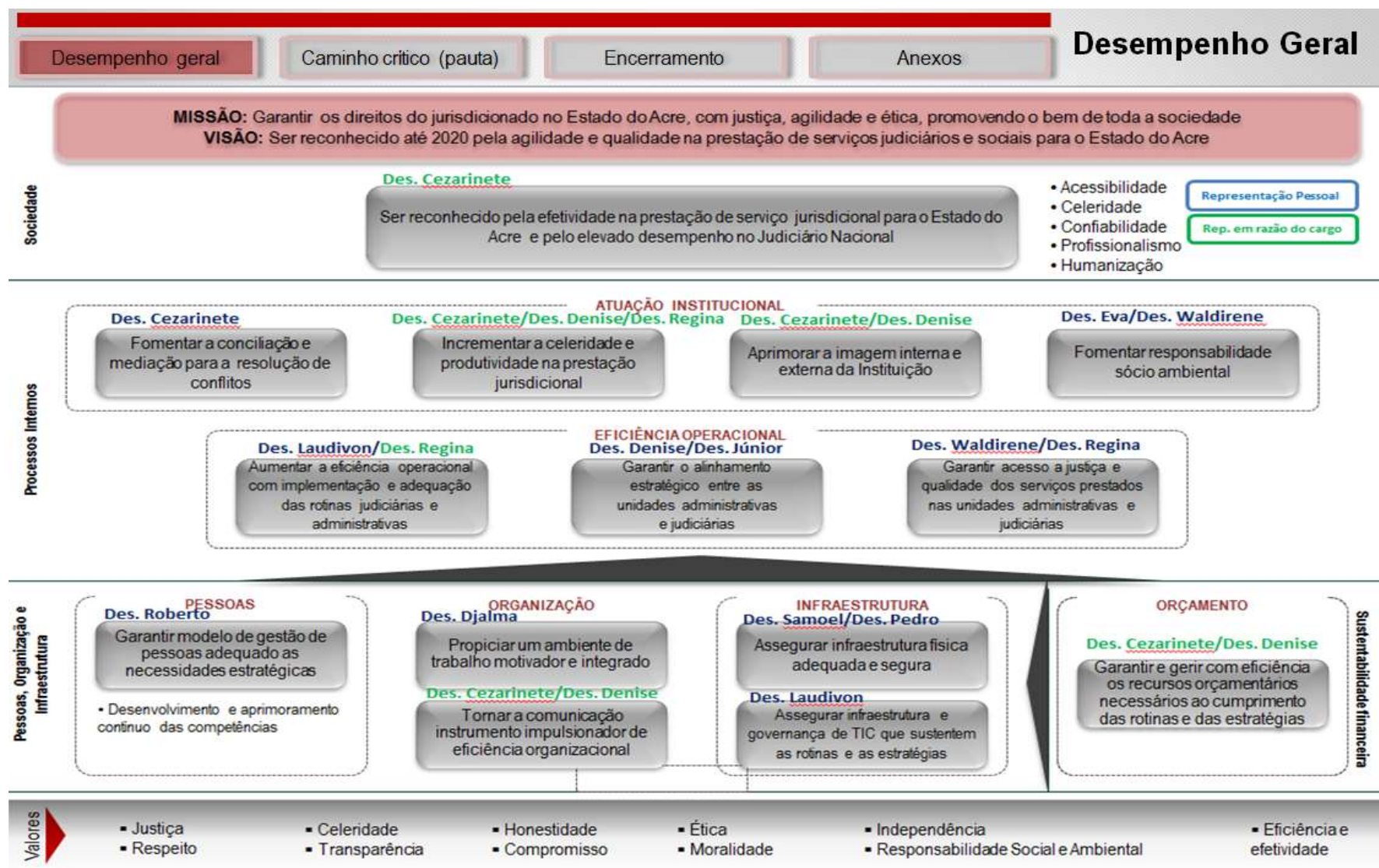
MAPA ESTRATÉGICO

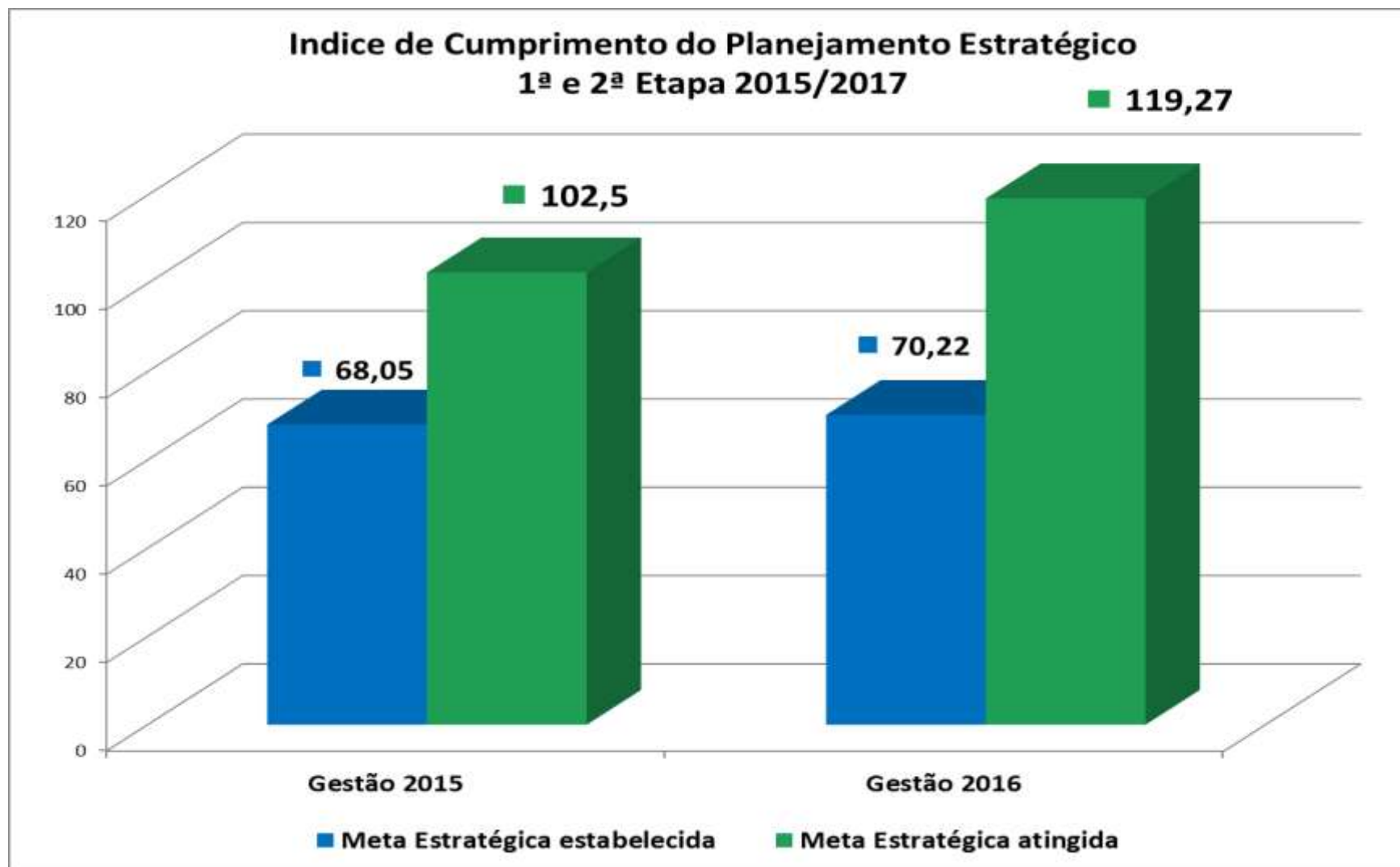
O Plano de Gestão 2015/2017, alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre, traduz a Missão e a Visão institucionais para o biênio e o quinquênio próximos. No entanto, alguns indicadores/diretrizes não alcançaram seus objetivos. Eles foram impactados por um conjunto de fatores externos, dos quais ressaltamos: a enchente histórica do rio Acre, ocorrida em fevereiro; pela crescente demanda por acesso à Justiça; pela crise econômica que assola o país e o nosso Estado; e, pelas limitações orçamentárias e financeiras.

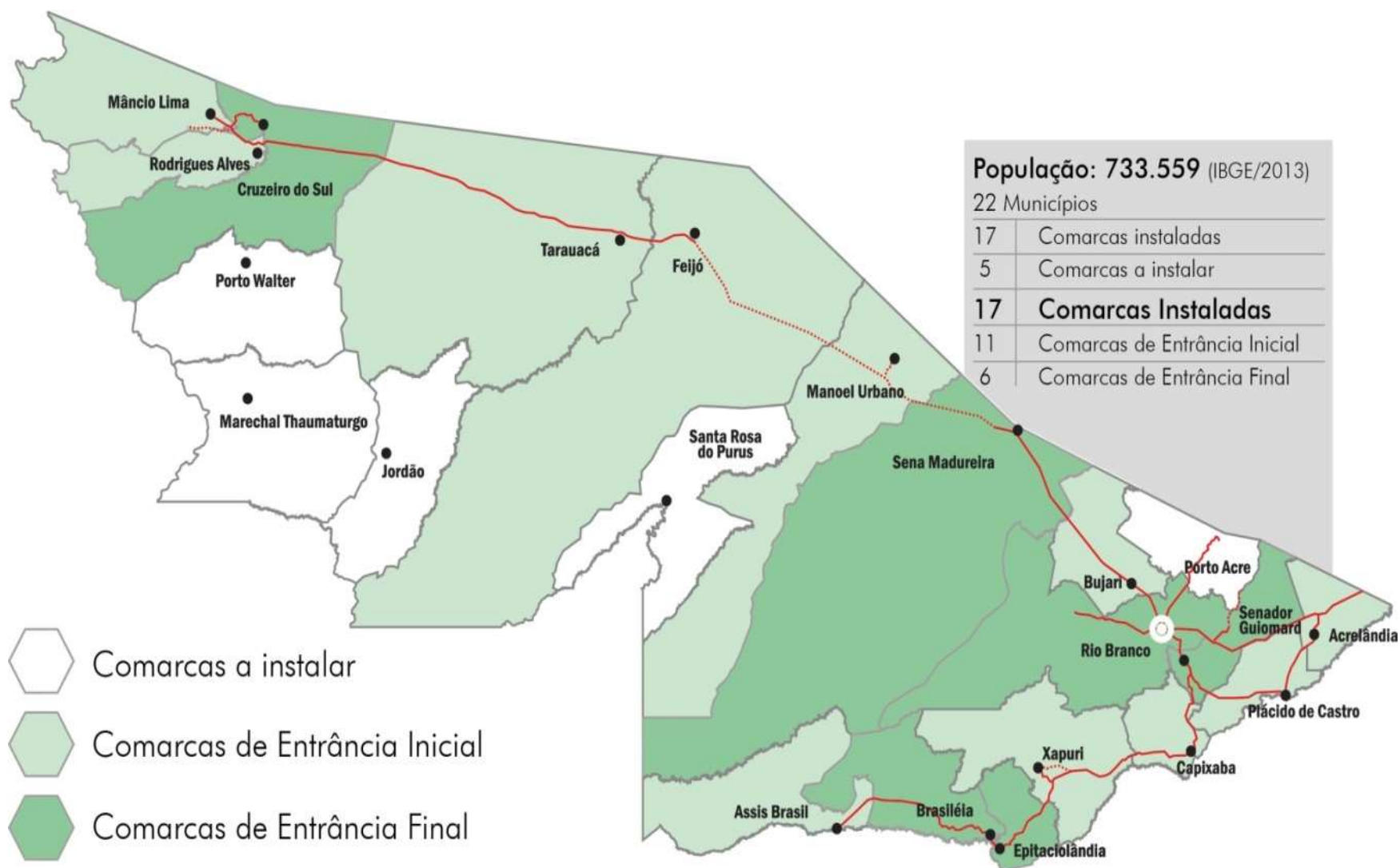
Esses fatores impactaram no alcance de algumas das diretrizes propostas pela Gestão 2015/2017.

No entanto, o cumprimento do Plano Estratégico atingiu a meta bianual estabelecida de 84,16% com um percentual de 110,88% para o biênio 2015-2017.

A seguir, os resultados do cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020, para o biênio 2015-2017:







TJAC EM NÚMEROS 2016

Magistrados	68
Desembargadores	12
Juizes	56

Servidores		1.397
1º Grau	1091	75,9%
2º Grau	92	6,6%
Total de Serv. área		
Judicial	1.153	82,5%
Área Administrativa	244	17,5%
Estagiários		321
Terceirizados		129
Cargos em Comissão		271
Valor		
Funções Comissionadas providas		365
Valor		4.592.563,33
Responsabilidade Fiscal		
Despesa de Pessoal (12 meses		183.189.782,32
Limite da LRF		4,60%

Orçamento e Finanças	
Dotação 2016	
Receitas	296.189.190,21
Fonte 100	249.643.799,16
Fonte 200	1.005.546,75
Fonte 500	-
Fonte 700	45.539.844,30
Despesas	282.825.089,71
Fonte 100	246.100.671,65
Fonte 200	377.040,14
Fonte 500	-
Fonte 700	36.347.377,92

Gestão	
Índice de execução do Orçamento	95,49%

Tecnologia da Informação	
Estações de trabalho	2.032
Salas de videoconferência	1
Processo eletrônico - unidades	100%
Responsabilidade Socioambiental	
Beneficiados pelos projeto social	9.908
Part. de projetos	10
Programa Qualidade de Vida	4.220
Adote uma caneca	400
Unidades	
Comarcas	18
Entrância Inicial	12
Entrância Final	6
Câmaras	3
Cíveis	2
Criminais	1
Varas	49
Cível	12
Família	3
Criminal	10
Vara única	10
Infância e Juventude	3
Fazenda Pública	3
Órfãos e Sucessões	1
Execuções Penais	1
Registros Públicos	1
Vara de Delitos de Tóxico e Acidentes de Trânsito	1
Vara da Violência Domestica e Familiar contra a Mulher	1
1º Tribunal do Júri	1
2º Tribunal do Júri e Auditoria Militar	1
Execuções e Medidas	1
Juizados Especiais	23
Cível	9
Criminal	7
Fazenda Pública	7
CEJUSC	23
Sala de Audiência de Custódia	1
Turmas Recursais	2
Custo da prestação jurisd.(por proc. baixado)	4.460,80

Segurança e Logística		
Unidades Monitoradas por CFTV		33
Controle de acesso		25
Câmeras		593
Sistemas de alarme		58
Área total em metros quadrados		199.841
Área útil		54.595
Consumo Dezembro		Variação
Energia	180.000,00	-0,07%
Água	19.000,00	-0,057%
Papel	804	81,00%
Telefonia	18.000,00	-0,01%

Comunicação	
Imprensa:	
Demanda externa	2.257
Demanda interna	1.188
Espaço de Memória	
Frequentedores e Visitantes	
Centro Cultural do Tribunal de Justiça	1363
Centro Cultural do Juruá	1075

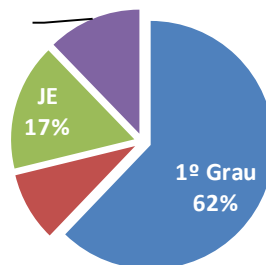
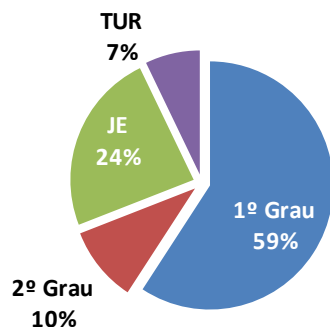
Movimentação Processual (Alinhado à Res. 76/2009, CNJ)

Ações e recursos novos

44.415

Execuções novas

24.024

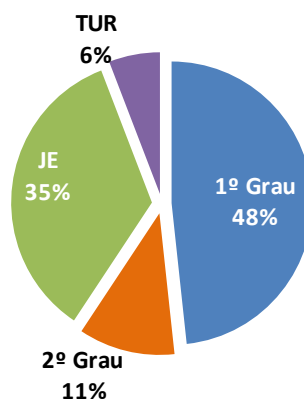
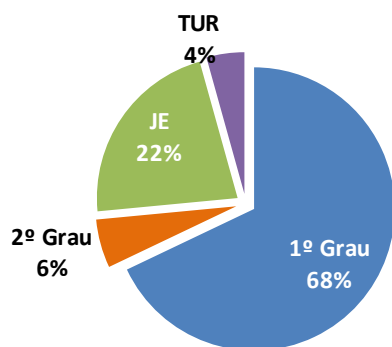


Ações e recursos pendentes

65.124

Ações e recursos baixados

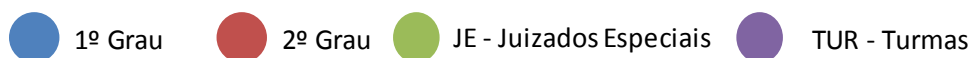
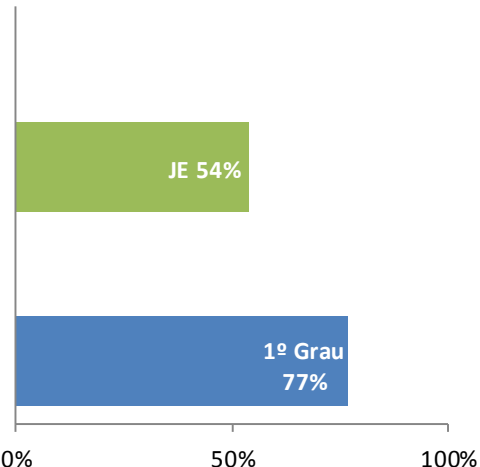
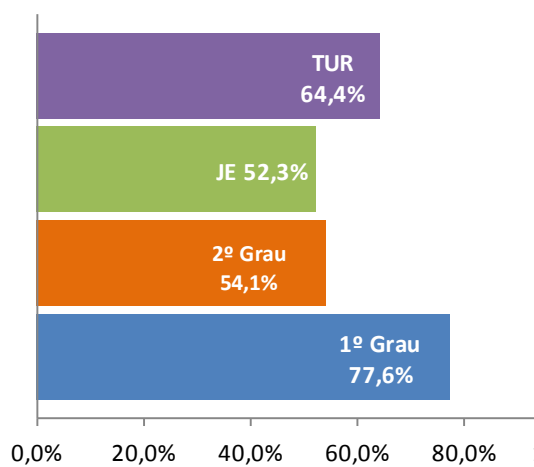
50.830



Taxa de Congestionamento

Fase de conhecimento

Fase de execução



Elaboração e Consolidação - Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES)

Apoio:

Diretoria de Gestão de Pessoas - DIPES

Diretoria de Logística - DILOG

Diretoria Regional Vale do Acre - DRVAC

Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC

Diretoria de Informação Institucional - DIINS

Diretoria de Finanças e Informações de Custos - DIFIC

Assessoria Militar - ASML

Perspectiva

SOCIEDADE

SOCIEDADE

"Fazer com que a sociedade acreana reconheça a efetividade dos serviços judiciários e sociais prestados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Entende-se por efetividade serviços que garantam acessibilidade, celeridade, confiabilidade, profissionalismo e humanização. Busca-se, também, o alcance de um elevado desempenho nas atividades judiciárias e administrativas com reconhecimento do Judiciário Nacional. As ações para o alcance dos resultados devem estar alinhadas ao planejamento estratégico TJAC 2015-2020.

Objetivo Estratégico 1: "Ser reconhecido pela efetividade na prestação de serviço jurisdicional para o Estado do Acre e pelo elevado desempenho no Judiciário Nacional"

Metas Associadas

Meta 1.1

Atingir 62% do reconhecimento do público em pesquisa de opinião pública

Meta 1.2

Atingir 100% no índice de produtividade comparada entre os Tribunais - IPCJUS

Projetos Desenvolvidos

Este objetivo estratégico não possui projetos estratégicos vinculados vez que ele se comporta como um verdadeiro objetivo final, fruto da conjunção de resultados de todos os indicadores estratégicos. Portanto, para seu cumprimento cooperam todos os 14 (catorze) projetos estratégicos previstos para o quinquênio 2015-2020.

Perspectiva

PROCESSOS INTERNOS

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

“Fortalecer a integração do Poder Judiciário do Estado do Acre com as demais unidades e segmentos do Poder Judiciário Nacional e com os Poderes Executivo e Legislativo, bem como com toda a sociedade em geral”.

Objetivo Estratégico 2: “Fomentar a conciliação e mediação para a resolução de conflitos”

Objetivo Estratégico 3: “Incrementar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”

Objetivo Estratégico 4: “Aprimorar a imagem interna e externa da instituição”

Objetivo Estratégico 5: “Fomentar responsabilidade socioambiental”

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

“Fomentar a conciliação e mediação para a resolução de conflitos”

Descrição

“Desenvolver meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos junto a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público e outras entidades afins por meio de celebração de parcerias, de modo a estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação e mediação.”

Metas Associadas**Meta 2.1**

Atingir 25% de acordo nas audiências dos processos judiciais realizadas

Projetos Desenvolvidos

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
2.1	Programa de Conciliação	Em execução	58%

Resultado Alcançado pelas Metas

Esse indicador se encontra na faixa que vai de 72% a 100% de cumprimento.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2.1 Taxa de acordos de conciliação	nd	24%	21%	22%	20%	23%	19%	22%	25%	18%	17%	19%	39%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2016
2.1 Taxa de acordos de conciliação	39%	25%	21%	21%	18%	22%	26%	19%	20%	28%	27%	33%	33%	33%

Diretrizes da Gestão 2015-2017 Impactadas:

Diretriz	Status
Fomentar em todas as comarcas o Programa "Semana da Conciliação"	Concluída
Promover o Mutirão de Conciliação Fiscal	Concluída
Desenvolver ações de mediação nas comarcas	Concluída

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

"Incrementar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional"

Descrição

"Promover a prestação jurisdicional com qualidade jurídica e eficiência na tramitação dos processos judiciais, com vista à minimizar a sensação de impunidade; a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, por meio da gestão da informação e adoção de atos para preservação da probidade administrativa. Busca-se, também, elevar a produtividade dos Magistrados e Servidores".

Metas Associadas**Meta 3.1**

Cumprir a Meta 1 do CNJ: Julgar mais processos que os distribuídos

Meta 3.2

Cumprir a Meta 2 do CNJ: Julgar processos mais antigos

Meta 3.3

Cumprir a Meta 3 do CNJ – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Meta 3.4

Cumprir a Meta 4 do CNJ: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Meta 3.5

Cumprir a Meta ENASP do CNJ - Taxa de ações penais por crime de homicídio julgadas

Meta 3.6

Cumprir a Meta 6 do CNJ: Taxa de ações coletivas julgadas

Meta 3.7

Cumprir a Meta 7 do CNJ – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Meta 3.8

Alcançar o Índice de atendimento à demanda no 1º grau

Meta 3.9

Alcançar o Índice de atendimento à demanda no 2º grau

Meta 3.10

Taxa de Congestionamento processual – Global

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico.

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Implantar o Programa Audiência de Custódia	Concluída
Criar a Assessoria Virtual	Concluída
Adequação do Sistema de Justiça Criminal do Acre	Em andamento

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

“Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição”

Descrição

“Aperfeiçoar a comunicação com o público interno e externo, informando-os dos papéis, atribuições e das conquistas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, de modo a aumentar sua visibilidade”.

Metas Associadas**Meta 4.1**

Divulgar 15 matérias por trimestre, 01 campanha institucional por semestre, 01 palestra por trimestre e 06 eventos pedagógicos por ano;

Meta 4.2

Atingir 56% de visibilidade positiva do Tribunal

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico.

Resultado Alcançado pelas Metas

O número de divulgações institucionais realizadas atingiu todas as metas propostas em relação às matérias lançadas no site e na mídia local; às campanhas institucionais realizadas; às palestras propostas em escolas e, por fim, os eventos realizados.

A meta 4.2 é bianual e será examinada apenas no final de 2016.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4.1 Número de divulgações institucionais				100%			100%			100%			100%
4.2 Visibilidade positiva do TJAC	56%												

Diretrizes da Gestão 2015-2017 Impactadas:

Diretriz	Status
Conclusão e implantação do Plano de Comunicação Institucional e da estratégia institucional	Em execução

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

“Fomentar responsabilidade socioambiental”

Descrição

“Desenvolver ações internas de conscientização ambiental e uso racional de recursos (água, energia elétrica, papel e descartáveis em geral), além de aprimorar e desenvolver ações sociais com ampla abrangência no Estado do Acre, com o envolvimento efetivo de Magistrados e Servidores”

Metas Associadas**Meta 5.1**

Cumprimento de 60% do plano de ação para conscientização interna de responsabilidade ambiental

Meta 5.2

Taxa de 100% de sucesso dos programas sociais

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos vinculados a este objetivo estratégico. No entanto, existem dois programas que auxiliam no cumprimento desta meta: Programa Natureza Viva e Programas Sociais. Para isso, bastou apenas acompanhar o andamento dessas ações para que elas pudessem ser realizadas dentro do prazo previsto e contabilizar para a meta até dezembro/2016.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
5.1	Programa Natureza Viva	Concluído	100%
5.1	Programas Sociais	Concluído	100%

Resultado Alcançado pelas Metas

O Programa Natureza Viva destacou um conjunto de ações ambientais que foram realizadas no Tribunal de Justiça, sendo que desse conjunto foram priorizadas 6 ações para execução em 2015. Dessas, foram realizadas 55% delas, sendo a mais destacada o Projeto Bosque Florido.

Os 8 (oito) Programas Sociais desenvolvidos em 2015 e 2016 apresentaram percentual de 99% de execução até dezembro/2016: todos foram executados e suas metas cumpridas quase integralmente, contribuindo para o fomento da responsabilidade social no Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
5.1 Cumprimento do plano de ação para conscientização interna de responsabilidade ambiental	nd			25%			40%			55%			65%
5.2 Taxa de sucesso dos programas sociais	nd									66%			99%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
5.1 Cumprimento do plano de ação para conscientização interna de responsabilidade ambiental	65			16%			30%			75%			100%	70%
5.2 Taxa de sucesso dos programas sociais	99												85%	100%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Continuidade da interiorização dos Programas Sociais: Projeto Cidadão, Justiça Comunitária, Cidadania e Justiça na Escola, Começar de Novo, ECA na Comunidade, Audiência Pública, Prevenção às Drogas	Em execução Ação continuada
Fomentar ações de educação ambiental, vinculadas ao consumo consciente com ênfase na redução de custos (luz, água, energia, papel, copo plástico, etc.)	Concluída
Firmar acordos de cooperação com instituições governamentais (União, Estado e Município) e não governamentais (ONG's e sociedade em geral)	Concluída

Eficiência Operacional

"Desenvolver, construir, potencializar e cumprir as metas estratégicas, visando garantir a excelência na prestação jurisdicional e administrativa".

Objetivo Estratégico 6: "Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciais e administrativas"

Objetivo Estratégico 7: "Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciais"

Objetivo Estratégico 8: "Garantir o acesso à justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciais"

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

“Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciárias e administrativas”

Descrição

Aprimorar continuamente as rotinas de trabalho do Tribunal de Justiça, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos, otimizando recursos e buscando agilidade e eficiência no atendimento das demandas judiciais e administrativas, por meio de gerenciamento (revisão e implementação) das políticas e das rotinas de trabalho.

Metas Associadas**Meta 6.1**

Implementar 50% das rotinas de trabalho (revisão, comunicação, normatização e gerenciamento das rotinas)

Meta 6.2

Taxa de rotinas judiciárias redesenhadas

Meta 6.3

Taxa de implementação das rotinas judiciárias

Projetos Desenvolvidos

O primeiro projeto, denominado “Virtualização dos Processos Administrativos”, vinculado à meta 6.1 e já concluído, visa dar maior celeridade aos processos administrativos pela implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permite que o processamento dos novos feitos administrativos seja realizado de forma virtual, retirando-os do âmbito do Sistema SAJ e diminuindo os custos com papel.

O outro projeto denominado “Redesenho e implementação das rotinas de trabalhos das unidades jurisdicionais do Tribunal de Justiça” está vinculado a este objetivo estratégico e se refere aos indicadores “6.2 – Taxas de Rotinas Judiciárias Redesenhadas” e “6.3 – Taxa de Implementação das Rotinas Judiciárias”, com previsão para o início de sua implementação em 2017.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
6.1	Taxa de implementação das rotinas administrativas	Concluído	100%
6.2 e 6.3	Redesenho e implementação das rotinas de trabalhos das unidades jurisdicionais do TJAC	A iniciar (previsão 2017)	-

Resultado Alcançado pelas Metas

O cumprimento da Meta 6.1, em 2015, foi iniciado com a implantação do projeto de virtualização dos processos administrativos e a implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com o apoio do TRF4 e do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins.

Atualmente, já se encontra devidamente instalado e em funcionamento.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
6.1 Taxa de implementação das rotinas administrativas	nd						0%			0%			0%
6.2 Taxa de rotinas judiciais redesenhadas	nd												
6.3 Taxa de implementação das rotinas judiciais	nd												

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Redesenho e implementação das Rotinas Jurisdicionais	Em andamento
Implantar a automação dos processos administrativos (Implantação do SEI)	Concluída
Implantação do Processo Judicial Eletrônico-PJe	Em andamento

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

“Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias”

Descrição

Desenvolver, implementar e monitorar as estratégias das unidades administrativas de modo a alinhá-las às demandas das unidades judiciárias do Tribunal de Justiça, com vista ao alcance da visão de futuro da instituição.

Metas Associadas**Meta 7.1**

Alcançar 65% de cumprimento das metas estratégicas das unidades administrativas

Projetos Desenvolvidos

Há dois projetos denominados “Revisão do Modelo de Gestão da DIGES” e “Programa de Alinhamento e Desdobramento da Estratégia” que estão vinculados a este objetivo estratégico e propostos para o ano de 2016, em razão de não haver recursos orçamentários/financeiros para a sua consecução ainda em 2015.

Resultado Alcançado pelas Metas

O bom desempenho do indicador reflete o grau de aplicação das unidades administrativas no desenvolvimento de suas ações e projetos, impulsionando a Gestão e o cumprimento de suas diretrizes.

O alinhamento entre unidades administrativas (meio) e judiciárias (fim) reforça e valoriza as atividades desenvolvidas pela Direção e ao mesmo tempo contribui para o alcance das metas institucionais e nacionais.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2016
7.1 Cobertura do alcance das metas estratégicas das unidades administrativas	nd			56%			70%			79%			87%	75%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
7.1 Cobertura do alcance das metas estratégicas das unidades administrativas	75			103%			81%			88%			85%	80%

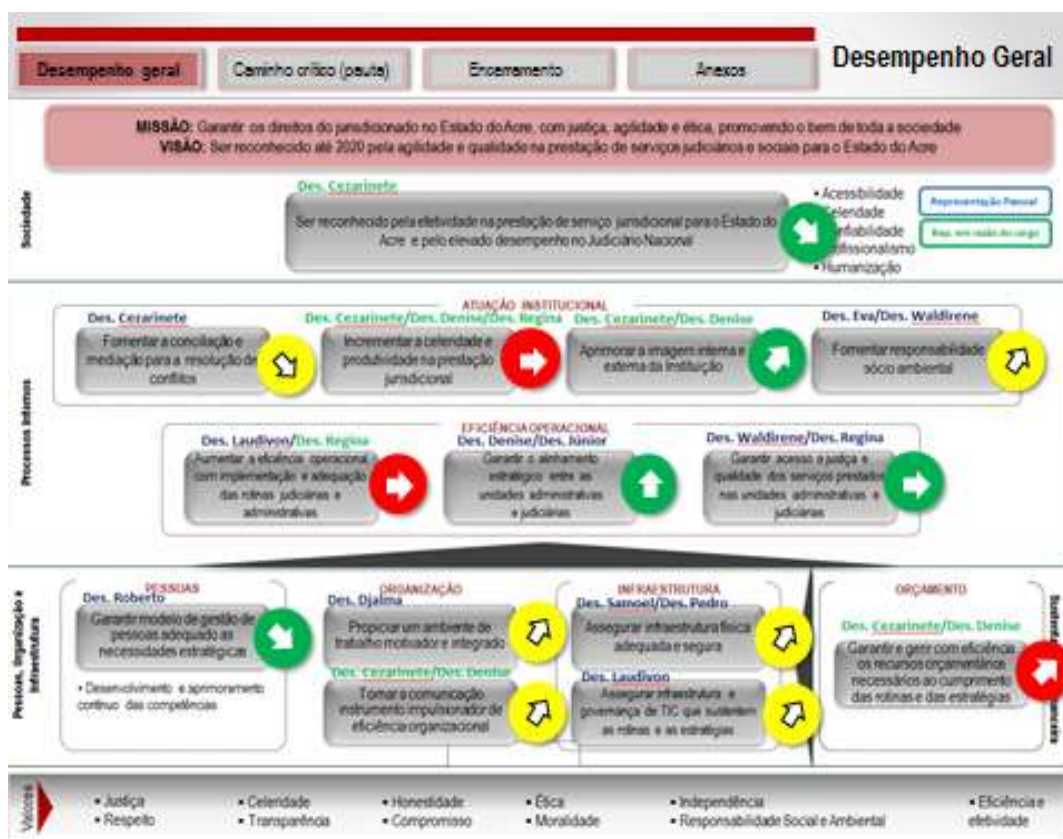
Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Implantar e executar o Planejamento Estratégico 2015 – 2020, relativo às metas do biênio (ano 2015/2016)	Concluída
Continuar a implantação da reestruturação administrativa, objeto da Lei Complementar nº 257/2012	Em execução

Ações Desenvolvidas:

Implantar e executar o Planejamento Estratégico 2015 – 2020, relativo às metas do biênio (Ano 2015/2016)

Foi desenvolvida a execução e a implantação do Planejamento Estratégico, atingindo o desempenho acima da meta de 70% sendo que em 2015 o valor alcançado foi 87% e em 2016 o percentual de 85%:



OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

“Garantir o acesso à justiça e qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias”

Descrição

Garantir a presença do Poder Judiciário em todas as cidades do Estado do Acre por meio de comarcas efetivamente instaladas ou atendimento itinerante, de modo a atender os cidadãos com qualidade, respeito, igualdade e assegurando a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços do judiciário.

Metas Associadas**Meta 8.1**

Alcançar 56% de qualidade no atendimento na pesquisa de satisfação

Meta 8.2

Dar resolatividade a 100% de problemas de atendimentos reclamados pela sociedade

Meta 8.3

Disponibilizar o acesso à Justiça em 100% dos municípios do Estado do Acre, por meio de estrutura física instalada ou atendimento itinerante

Projetos Desenvolvidos

Não existem projetos estratégicos vinculados a este objetivo. Seu cumprimento se dá por meio de ações e iniciativas desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça

Resultado Alcançado pelas Metas

A meta 8.1 é bianual e será medida em 2016; a meta 8.2 está em formatação. Já a meta 8.3, foi integralmente alcançada. Podemos citar a instalação da Comarca de Rodrigues Alves, a implantação de 20 CEJUSC no interior e, ainda, a instalação do Juizado de Trânsito no interior.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
8.1 Índice de qualidade no atendimento	56%												
8.2 Taxa de resolução de problemas de atendimentos reclamados pela sociedade	nd												
8.3 Índice de acesso à justiça	nd						100%						100%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
8.1 Índice de qualidade no atendimento	Nd													56%
8.2 Taxa de resolução de problemas de atendimentos reclamados pela sociedade	nd												100%	100%
8.3 Índice de acesso à justiça	100%												100%	100%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Criar e instalar a Vara de Proteção à Mulher na Comarca de Cruzeiro do Sul	Concluída
Instalar a Comarca de Rodrigues Alves	Concluída
Instalar a Comarca de Porto Acre	Concluída
Criar e instalar os Juizados da Família	Em andamento
Criar e instalar os Juizados do Consumidor	Em andamento
Criar e instalar os Núcleos do Juizado da Infância e da Juventude	Concluída
Criar e instalar o Núcleo dos Juizados Especiais no Aeroporto Internacional Plácido de Castro	Concluída
Criar e instalar o Juizado de Trânsito em Cruzeiro do Sul	Concluída
Fiscalizar e exigir a melhoria dos serviços extrajudiciais	Concluída

Perspectiva

PESSOAS, ORGANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

GESTÃO DE PESSOAS

"Estruturar e implementar um modelo de gestão de pessoas que atenda os desafios estratégicos do Tribunal de Justiça, selecionando e capacitando adequadamente e de maneira contínua os Magistrados e Servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas e conhecimentos que confirmem efetividade na execução de suas atividades. Promover a lotação dos servidores de acordo com a demanda e competências de modo a potencializa-las para responder às necessidades e aos desafios da instituição".

Objetivo Estratégico 9: "Garantir um modelo de gestão de pessoas adequado as necessidades estratégicas"

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

“Garantir modelo de gestão de pessoas adequado às necessidades estratégicas”

Descrição

Estruturar e implementar um modelo de gestão de pessoas que atenda os desafios estratégicos do Tribunal de Justiça, selecionando e capacitando adequadamente e de maneira contínua os Magistrados e Servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas e conhecimentos que confirmem efetividade na execução de suas atividades. Promover a alocação dos servidores de acordo com a demanda e competências de modo a potencializá-las para responder às necessidades e aos desafios da instituição.

Metas Associadas**Meta 9.1**

Atingir 30% de índice de governança de pessoal no IGOV/TCU

Meta 9.2

Cumprir 100% do Plano Anual de Capacitação

Meta 9.3

Mapear 10% das competências dos membros do Poder Judiciário do Estado do Acre

Meta 9.4

Atingir 5% de grau de alocação de pessoal de acordo com as competências

Meta 9.5

Alcançar 2% de competências desenvolvidas em lacunas

Projetos Desenvolvidos

O modelo de gestão de pessoas ainda não pode ser adequado às necessidades estratégicas porque o projeto de implantação do Modelo de Gestão de Pessoas ficou na fase de benchmarking e ainda não avançou por falta de definição acerca da contratação ou não de consultoria para realizá-lo.

O Programa de Gestão por Competência ainda está na fase de elaboração de projeto, com a Incumbência da DIGES e DIPES. Nos termos da Resolução Nº 187/2014, as competências dos cargos em comissão já estão definidas, resta ainda a uniformização do sistema de informação, processos críticos definidos e implementados, equipe e infraestrutura física adequada e gestão de competências definida e

implantada. Desta forma, é preciso que os projetos estratégicos envolvidos sejam reanalisados e readequados às atuais circunstâncias.

Resultado Alcançado pelas Metas

A implantação do modelo de gestão de pessoas está sendo realizada como iniciativa da Alta Gestão a partir das demandas que se apresentaram durante o decurso do ano. Deve-se salientar que várias ações já foram realizadas como: Atualização Cadastral, Realização dos cursos estabelecidos no Plano Anual de Capacitação, Estabelecimento de matriz de competências para os cargos comissionados. Esse conjunto de ações, parte integrante do Plano de Gestão 2015/2017, se revestem de capital importância dado o grau de importância deste objetivo para a melhoria da gestão de pessoas no Tribunal de Justiça. As iniciativas deveriam se estender à implantação dos projetos acima nominados.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
9.1 IGOV-governança de pessoal	nd						15%						15%
9.2 Cumprimento do plano anual de capacitação	100%			0%			38%			74%			98%
9.3 Taxa de mapeamento das competências	nd									18%			18%
9.4 Grau de adequação da alocação de pessoal de acordo com as competências	nd									5%			5%
9.5 Lacuna de competências	nd									2%			2%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
9.1 IGOV- governança de pessoal	15												20%	40%
9.2 Cumprimento do plano anual de capacitação	98%						100%			100%			100%	100%
9.3 Taxa de mapeamento das competências	18%												30%	55%
9.4 Grau de adequação da alocação de pessoal de acordo com as competências	5%												15%	36%
9.5 Lacuna de competências	2%												8%	20%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Realizar as remoções e promoções de Juízes	Concluída
Concluir os processos seletivos e concursos, observada a Resolução Nº 76/2009 e a Resolução S/Nº Dotação de Pessoal do CNJ	Concluída
Continuar a Implantação do Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário Acreano, objeto da Lei Complementar nº 258/2012	Em andamento
Implementar o Plano Anual de Capacitação integrado à estratégia e voltado a melhoria das atividades meio e finalística	Em andamento
Iniciar o projeto "Modelo de Gestão de Pessoas"	Em andamento
Iniciar o projeto "Gestão de Competências"	Em andamento
Atualização cadastral	Em andamento

ORGANIZAÇÃO

"Adotar práticas contínuas de modo a desenvolver uma cultura organizacional mais humanizada e integrada por meio de projetos motivacionais com foco na qualidade de vida dos Magistrados e Servidores, visando a maior satisfação dentro do ambiente da instituição e comprometimento para a execução das suas atividades."

Objetivo Estratégico 10:

Propiciar um ambiente de trabalho motivador e integrado

Objetivo Estratégico 11:

Tornar a comunicação instrumento impulsionador de eficiência organizacional

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10

“Propiciar um ambiente de trabalho motivador e integrado”

Descrição

Adotar práticas contínuas de modo a desenvolver uma cultura organizacional mais humanizada e integrada por meio de projetos motivacionais, com foco na qualidade de vida dos Magistrados e Servidores, visando uma maior satisfação dentro do ambiente da instituição e comprometimento para a execução das suas atividades.

Metas Associadas**Meta 10.1**

Atingir 70% de satisfação geral na pesquisa de clima organizacional

Meta 10.2

Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional

Projetos Desenvolvidos

O projeto Programa de Qualidade de Vida desenvolveu várias ações que auxiliaram na melhoria do desempenho do objetivo estratégico: revitalização do Centro Médico do Poder Judiciário, instalação do Espaço-Saúde para os servidores da sede, instituição de equipe multidisciplinar de atendimento, prevenção e acompanhamento da saúde dos colaboradores (consultas, campanhas de vacinação, etc), definição e realização de ações temáticas permanentes (dia do servidor, meio ambiente, festivais, etc).

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
10.1	Programa de Qualidade de Vida	Concluído	100%

Resultado Alcançado pelas Metas

Em relação à Meta 10.1, o projeto Programa de Qualidade de Vida obteve sucesso e foi executado integralmente, melhorando o ambiente organizacional.

Foi realizada uma pesquisa para apurar o grau de satisfação dos servidores - Pesquisa de Clima Organizacional. O resultado da pesquisa foi o atingimento de um percentual de 70% de satisfação, obtendo-se o cumprimento da meta.

Como a pesquisa somente foi divulgada em dezembro/2015, o Plano de Ação somente será elaborado no início de 2016, para cumprimento no decorrer do ano.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
10.1 Índice de clima organizacional	nd												70%
10.2 Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional	nd												

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
10.1 Índice de clima organizacional	nd													70%
10.2 Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional	70%			100%			100%			100%			100%	100%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Iniciar o projeto "Programa de Qualidade de Vida"	Concluído

OBJETIVO ESTRATÉGICO 11

“Tornar a comunicação instrumento impulsionador de eficiência organizacional”

Descrição

Aprimorar a comunicação interna, definindo os melhores canais de comunicação e a linguagem mais adequada para Magistrados e Servidores, de forma a possibilitar que as informações, as rotinas de trabalho, os projetos e o conhecimento existente na instituição sejam disseminados em todos os níveis, de modo a contribuir para a eficiência organizacional e para o alinhamento da atuação de Magistrados e Servidores em direção às prioridades estratégicas definidas pelo Tribunal de Justiça.

Metas Associadas**Meta 11.1**

Atingir 33% de satisfação interna na pesquisa de clima organizacional

Meta 11.2

Elaborar 100% do Plano de Comunicação Interna

Projetos Desenvolvidos

Há 01 (um) projeto denominado “Revisão do Modelo de Gestão da DIINS”, porém, proposto para execução no ano de 2016, em razão de não haver recursos orçamentários/financeiros para a sua consecução no exercício de 2015.

Resultado Alcançado pelas Metas

Em relação à Meta 11.1, o resultado apurado apontou seu cumprimento.

Em relação à Meta 11.2, a elaboração do Plano de Comunicação Interna foi concluída, devendo ser executado em 2016.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
11.1 Satisfação Interna - Comunicação Interna	33%												100%
11.2 Índice de cumprimento do plano de comunicação interna	nd			25%			36%			52%			96%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
11.1 Satisfação Interna - Comunicação Interna	100%												nd	100%
11.2 Índice de cumprimento do plano de comunicação interna	100 %												100%	100%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Conclusão e implantação do Plano de Comunicação Institucional	Em execução

INFRAESTRUTURA

"Proporcionar ferramentas, métodos e um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades e atendimento ao cidadão".

Objetivo Estratégico 12:

Assegurar infraestrutura física adequada e segura.

Objetivo Estratégico 13:

Assegurar infraestrutura e governança de TIC que sustentem as rotinas e as estratégias.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12

Assegurar infraestrutura física adequada e segura

Descrição

Garantir infraestrutura física que ofereça ambiente seguro e confortável aos Magistrados, Servidores, jurisdicionados, advogados e membros das demais funções essenciais à justiça. Adequar as instalações físicas do Tribunal de Justiça, principalmente nas comarcas do interior, considerando as diretrizes de acessibilidade, ergonomia e a funcionalidade, isto é, adequar as instalações às necessidades das atividades judiciais e administrativas.

Metas Associadas**Meta 12.1**

Cumprir 100% das obras e reformas priorizadas no Plano de Obras dentro do prazo contratual.

Meta 12.2

Atingir um percentual de 40% de adequação às condições de trabalho determinadas na NR Nº 17 do Ministério do Trabalho.

Projetos Desenvolvidos

O "Programa de Infraestrutura Física" é um projeto vinculado à Diretoria de Logística – DILOG, com o objetivo de realizar um planejamento das obras e reformas a serem realizadas, consolidadas e priorizadas no Plano de Obras.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
12.1	Programa de Infraestrutura Física	Em andamento	75%

Resultado Alcançado pelas Metas

Para 2015 o Plano de Obras priorizou as seguintes obras/reformas: reforma no Fórum Barão do Rio Branco (concluída), construção do Fórum dos Juizados Cíveis Especiais [48%] e da Guarita da Cidade da Justiça [100%], totalizando 75% de cumprimento da meta.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
12.1 Cumprimento do plano de obras	100%			50%			50%			50%			75%
12.2 Índice de condições de trabalho	nd			56%			52%			53%			59%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
12.1 Cumprimento do plano de obras	100%			43%			43			86			100	100%
12.2 Índice de condições de trabalho	nd			57%			46			60			62	50%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Concluir a construção do prédio dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública na Cidade da Justiça de Rio Branco	Concluído
Iniciar a construção do Centro de Convivência na Cidade da Justiça de Rio Branco	Em execução
Concluir a urbanização e paisagismo da Cidade da Justiça	Em execução
Concluir a construção do muro e da guarita da Cidade da Justiça	Concluído
Construir o Restaurante na sede do TJAC	Concluído
Construir creche/berçário na sede do TJAC	Em execução
Construir o Novo Fórum de Brasileia	Em execução
Construir a Casa de Justiça e Cidadania na Cidade do Povo	Em execução
Reformar o Fórum de Xapuri	Concluído
Reforma e ampliação do CIC de Porto Acre	Concluído
Reforma e ampliação do CIC de Rodrigues Alves	Concluído
Reforma e readequação do layout das Diretorias/Assessorias (Sede)	Concluído

OBJETIVO ESTRATÉGICO 13

Assegurar infraestrutura e governança de TIC que sustentem as rotinas e as estratégias

Descrição

Garantir a efetividade dos recursos de tecnologia da informação e comunicação (software e hardware) para a execução das atividades do Tribunal de Justiça com sistemas integrados e modernos que garantam a eficiência operacional, a confiabilidade, a integralidade e a disponibilidade das informações.

Metas Associadas**Meta 13.1**

Sanar 25% das lacunas de TI levantadas a partir da identificação das demandas estratégicas do Tribunal de Justiça

Meta 13.2

Manter 90% de conformidades de sistemas que suportam as rotinas e a estratégia

Meta 13.3

Afastar até 10% dos riscos de TI contidos no Plano de Riscos, em relação aos riscos identificados

Projetos Desenvolvidos

O "Planejamento de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação)" (25%) e a "Virtualização dos Processos Administrativos" (60%) são dois projetos vinculados à DITEC e que estão sendo executados atualmente, visando melhorar a governança de TI e dar celeridade aos processos administrativos.

O primeiro é um programa formado por 12 (doze) projetos dos quais já foi implantado o Novo Portal, mas, ainda estão em andamento: Implantação de Política de Segurança, Capacitação de usuários e gestores, Implantação de Modelo de Governança, Automatização dos Processos Administrativos, Implantação dos SLA's, Revisão Quanto a Adequação dos Sistemas de Informação; ainda não iniciaram: Implantação da Tecnologia de BI, Implantação Rede de Redundância Elétrica, Estudo de Viabilidade de Comunicação redundante e Outsource de impressão.

O segundo visava virtualizar os processos administrados. Para isso foi implantado no âmbito do Poder Judiciário acreano o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que permite que o processamento dos novos

feitos administrativos seja realizado fora do Sistema SAJ. O percentual de implantação até dezembro de 2015 era de 60%, com conclusão em março de 2016.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
13.1	Planejamento de TIC	Concluído	25%
13.2	Virtualização dos Processos Administrativos	Concluído	100%

Resultado Alcançado pelas Metas

O desempenho do objetivo tem se mostrado positivo em dois de seus indicadores de lacunas de TI (13.1) e Plano de Risco (13.3). No entanto o indicador de conformidade de sistemas (13.2) ainda não atingiu a meta. Por isso o status do indicador está amarelo.

Como exemplo, podemos contar o aumento considerável e contínuo da demanda por servidores e itens de segurança da informação após a virtualização dos processos judiciais em 2014.

A implantação do Sistema de Processo Eletrônico – PJe, Sistema Eletrônico de Informação – SEI e do Sistema de Controle de Arrecadação de Custas – EXTRAJUD, se constituem em poderosas ferramentas de melhoria para o Tribunal de Justiça.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
13.1 Lacuna de TI	17%			10%			12%			20%			25%
13.2 Índice de conformidade de sistemas	nd			40%			42%			60%			90%
13.3 Índice de execução do Plano de Risco dos serviços de TI críticos	nd				5%				10%				10%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
13.1 Lacuna de TI	Nd													50%
13.2 Índice de conformidade de sistemas	nd			89%			89%			89%			99%	90%
13.3 Índice de execução do Plano de Risco dos serviços de TI críticos	nd			29%			29%			29%				30%

Perspectiva

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ORÇAMENTO

"Ampliar e gerir com efetividade os recursos orçamentários, de modo a garantir a execução dos programas e projetos previstos no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual)".

Objetivo Estratégico 14:

Garantir e gerir com eficiência os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das rotinas e estratégias

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14

Garantir e gerir com eficiência os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das rotinas e estratégias.

Descrição

Ampliar e gerir com efetividade os recursos orçamentários de modo a garantir a execução dos programas e projetos previstos no PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual).

Metas Associadas**Meta 14.1**

Executar 91% do orçamento atualizado do Poder Judiciário para o ano de 2015

Meta 14.2

Executar 91% do orçamento estratégico atualizado do Poder Judiciário para o ano de 2015

Meta 14.3

Aumentar em 25% os recursos provenientes de arrecadação própria e de outras fontes (convênios e parcerias)

Projetos Desenvolvidos

O "Sistema de Gestão de Custos" (100%) e o "Programa de Ampliação de Receita" (90%) são dois projetos vinculados à DIFIC e que estão sendo executados com o objetivo de melhorar a gestão de recursos e o incremento do controle e captação de receitas advindas das custas e outros meios.

O primeiro é um projeto que visa à implantação de um software próprio para gestão da evolução dos custos e receitas dos centros de custos do Poder Judiciário deste Estado. O Sistema já está sendo implantado e sendo realizada a capacitação dos gestores. Ato contínuo, o sistema será gerido pela DITEC.

O segundo projeto visa dotar o Tribunal de Justiça de métodos que visem aumentar e ampliar as receitas, mediante a implantação de várias ações: instalação de um sistema para controle da arrecadação de custas denominado Sistema EXTRAJUD; a captação de recursos da União e Estado via convênios; e, o recolhimento de receitas previstas na Lei de Custas.

Meta	Projeto/Iniciativa	Status	Avaliação
14.3	Sistema de Gestão de Custos	Concluído	100%
14.3	Programa de Ampliação de Receitas	Em andamento	90%

Resultado Alcançado pelas Metas

O desempenho de dois dos indicadores vinculados foi positivo: a execução orçamentária e o aumento de recursos orçamentários atingiram a meta anual proposta. Estes indicadores demonstram que os recursos orçamentários estão foram aplicados tempestivamente.

Indicadores	2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
14.1 Execução orçamentária	90%	7%	15%	23%	31%	38%	46%	56%	64%	70%	77%	84%	93%
14.2 Execução do orçamento estratégico	nd	0,79%	0,98%	9%	7%	8%	9%	18%	19%	30%	21%	51%	62%
14.3 Aumento de recursos orçamentários	17%			83%			46%			71%			80%

Indicadores	2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017
14.1 Execução orçamentária	92%	8,40%	15,02%	24,03%	31,98%	38,85%	45,87%	53,89%	61,29%	67,44%	73,99%	79,22%	82,10%	93%
14.2 Execução do orçamento estratégico	nd	0,00%	0,40%	3,14%	3,14%	1,71%	1,92%	2,55%	21,18%	29,36%	48,27%	47,06%	93,06%	93%
14.3 Aumento de recursos orçamentários	17%			19,98%			37,87%			15,19%			35,56%	25%

Diretrizes da Gestão 2015-2017, impactadas:

Diretriz	Status
Padronizar os procedimentos para remessa à protesto extrajudicial dos títulos executivos judiciais (Acordo de Cooperação Técnica Nº 001/2016)	Concluído
Gerenciar de forma eficiente a arrecadação dos Cartórios Extrajudiciais (EXTRAJUD/Selo Eletrônico)	Em execução
Requerer os depósitos judiciais inativos por mais de cinco anos, após trânsito em julgado - Lei Complementar nº 1.422 e Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso IX	Concluído
Requerer a diferença entre o rendimento das aplicações e o rendimento oficial das contas de depósitos judiciais – Lei Complementar nº 1.422, incluído pela Lei nº 2.533, de 2011 – art. 17, inciso VIII	Concluído

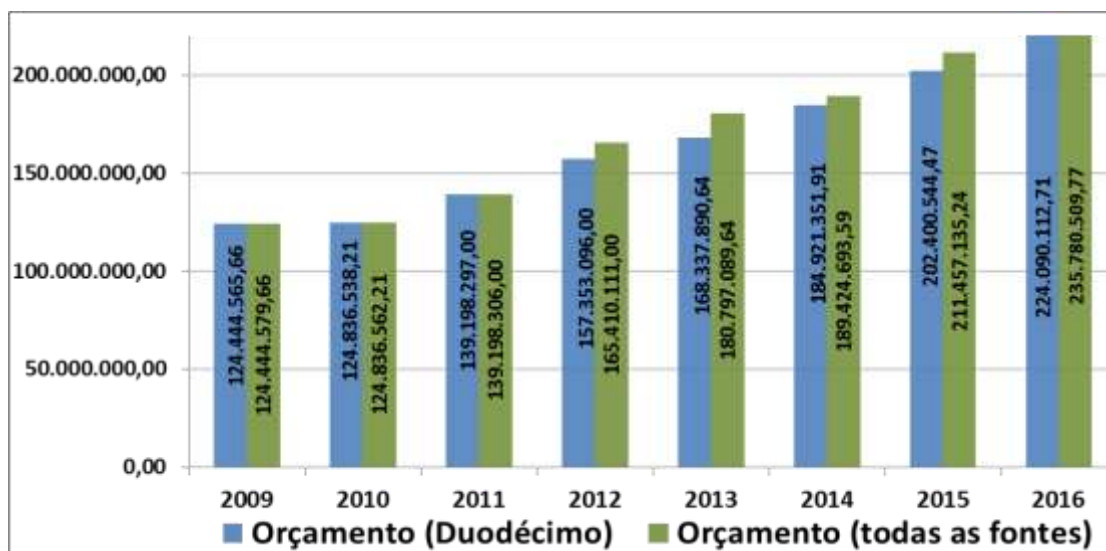
Programação Orçamentária 2015/2016

Durante o ano de 2015/2016 a Administração do Tribunal de Justiça canalizou esforços no sentido de garantir recursos orçamentários para os anos de 2015/2016, além de executar os recursos programados para estes anos, que foi de fundamental importância para concretização das ações planejadas.

Podemos observar, nos demonstrativos, a evolução do volume dos recursos ao longo dos anos.

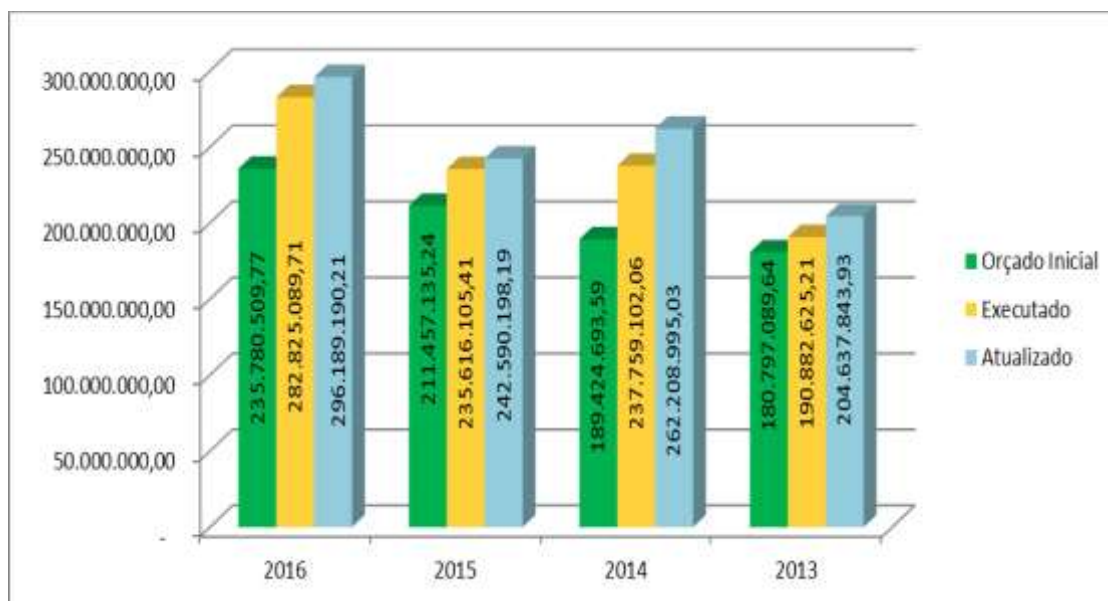
EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO TJAC

Ano	Orçamento (todas as fontes)	Crescimento	Orçamento (Duodécimo)	Crescimento
2009	124.444.579,66	-	124.444.565,66	-
2010	124.836.562,21	0,31%	124.836.538,21	0,31%
2011	139.198.306,00	11,50%	139.198.297,00	11,50%
2012	165.410.111,00	18,83%	157.353.096,00	13,04%
2013	180.797.089,64	9,30%	168.337.890,64	6,98%
2014	189.424.693,59	4,77%	184.921.351,91	9,85%
2015	211.457.135,24	11,63%	202.400.544,47	9,45%
2016	235.780.509,77	11,50%	224.090.112,71	10,72%



Execução Orçamentária 2015/2016

Durante o ano de 2015/2016 a Administração do Tribunal de Justiça canalizou esforços no sentido de priorizar a execução orçamentária associada ao Planejamento Estratégico, com a finalidade precípua de garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas vislumbrando atingir a Visão Institucional. Tudo isso sem abrir mão dos princípios norteadores da boa gestão fiscal.



Para possibilitar a concretização das ações estabelecidas no Planejamento Estratégico, foi estabelecida a meta de Executar 91% do orçamento estratégico atualizado do Poder Judiciário para os anos de 2015/2016.

Verifica-se, no gráfico supra, que o grau de execução do orçamento disponível (executado/atualizado) em 2015 foi de 97,13% e 2016 de 95,49%.

No que tange às despesas com pessoal e os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual da despesa total com pessoal foi de 4,53% em 2015 e 4,13% estando, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,7%.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro/2015 a Dezembro/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 52, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	DESCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	180.511.643,84	5.986.315,85
Pessoal Ativo	156.670.419,12	5.019.954,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	34.807.316,92	286.361,81
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (I) 1º do art. 18 da LRF	2.453.907,80	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (I) 1º do art. 19 da LRF (III)	18.794.675,88	1.986.315,85
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	967.404,19	0,00
Despesas de Demissão Judicial de período anterior ao da quitação	13.370,21	590.800,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da quitação	3.834.810,31	896.315,85
Inativos e Pensionistas com Exercícios Vencidos	13.978.882,17	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	174.717.668,76	4.000.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	59.48.187.687,35	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III) + (III)	176.717.668,76	4,53
LIMITE MÁXIMO (VI) = (IV) x (II e III, art. 19 da LRF)	236.948.461,34	6,00
LIMITE PREVIDENCIAL (VII) = (IV) x (VI) (aplicado inciso do art. 22 da LRF)	225.089.338,18	5,70
LIMITE DE ALÍQUOTA (VIII) = (IV) x (VI) (inciso II do § 1º do art. 19 da LRF)	213.251.815,12	5,40

FONTE: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Control (SAOC) e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado do Acre. Unidade Responsável: Gerência de Contabilidade. Data da emissão: 29/01/2016 emissão: 09:16

Reproduzido por Incorporação



RGF - ANEXO I (LRF, art. 52, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 Meses)												TOTAL (SOMADA) (I) + (II) + (III)	DOBRADO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	01/2015	02/2015	03/2015	04/2015	05/2015	06/2015	07/2015	08/2015	09/2015	10/2015	11/2015	12/2015		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	18.051.095,44	26.188.297,96	18.847.276,79	20.211.816,44	18.211.211,28	27.888.966,48	14.188.771,28	18.089.482,22	14.830.883,90	18.830.883,90	18.238.883,90	27.488.883,90	286.315,85	4.019.981,89
Pessoal Ativo	12.178.713,89	17.811.181,28	12.811.181,28	12.811.181,28	12.811.181,28	14.888.883,18	11.811.181,28	12.188.883,18	12.388.883,18	12.388.883,18	12.388.883,18	12.388.883,18	186.361,81	4.019.981,89
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	2.888.281,28	31.000,00	27.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (I) 1º do art. 18 da LRF	1.790.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.000,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (I) 1º do art. 19 da LRF (III)	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18	1.888.883,18
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18	188.883,18
Despesas de Demissão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99
Inativos e Pensionistas com Exercícios Vencidos	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99	1.699.999,99
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	16.162.812,24	24.297.116,78	16.956.000,59	18.323.635,16	16.322.928,00	26.000.083,30	12.300.590,00	16.200.601,04	12.942.000,72	16.942.000,72	16.350.000,72	25.600.000,72	1.888.883,18	2.121.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	59.48.187.687,35												59.48.187.687,35	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III) + (III)	176.717.668,76												176.717.668,76	
LIMITE MÁXIMO (VI) = (IV) x (II e III, art. 19 da LRF)	236.948.461,34												236.948.461,34	
LIMITE PREVIDENCIAL (VII) = (IV) x (VI) (aplicado inciso do art. 22 da LRF)	225.089.338,18												225.089.338,18	
LIMITE DE ALÍQUOTA (VIII) = (IV) x (VI) (inciso II do § 1º do art. 19 da LRF)	213.251.815,12												213.251.815,12	

FONTE: Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Control (SAOC) e Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado do Acre. Unidade Responsável: Gerência de Contabilidade. Data da Emissão: 24/02/2017 14:10:10

DEB. *Carla Maria Angélica
Fiscal

Artur José de Oliveira Rodrigues
Diretor de Fiscal

Thiago Ezequiel Martins Pinheiro
Chefe de Controle Interno

Elis Cristina de Araújo Calhaz
Controladora CRC AC Nº 01/01/07 (b-1)

Orçamento

Metas Estabelecidas pelo CNJ

METAS NACIONAIS 2015

As metas nacionais e específicas para o ano de 2015 foram aprovadas no VIII Encontro Nacional do Judiciário, em Florianópolis/SC. Na oportunidade, os Presidentes ou representantes dos Tribunais brasileiros também aprovaram uma diretriz estratégica direcionada a propiciar à magistrados e servidores da Justiça, uma melhor qualidade de vida no trabalho.

Das Metas estabelecidas para o ano de 2015, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre teve o seguinte desempenho:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

Desempenho:

1. Julgar mais processos que os distribuídos	114,75%
1º Grau 98%	2º Grau 96%
TUR 172%	JE 154%



META 2 – Julgar processos mais antigos

Desempenho:

2. Julgar processos antigos	
1º Grau 120,21%	2º Grau 117,99%
TUR 100%	JE 99,95%



META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Impulsionar os trabalhos dos CEJUSC's e garantir, conforme previsto na Resolução 125/2010, que homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas.

Desempenho:

3. Aumentar os casos solucionados por conciliação	18,75%
--	---------------

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012.

Desempenho:

4. Priorizar julg. de casos de corrupção/improbidade adm.		126,19%
1º Grau 127,74%		2º Grau 61,22%
TUR 100,00%		JE 100,00%

META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas, até 31/12/2012, no 1º grau e, até 31/12/2013, no 2º grau.

Desempenho:

6. Priorizar julgamento de ações coletivas	
1º Grau 83,13%	2º Grau 100%

META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos

Gestão estratégica das ações de massa, com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

Desempenho:

7. Priorizar julg. de grandes litigantes e recursos repetitivos	56,57%
--	---------------

METAS NACIONAIS 2016

As metas nacionais e específicas para o ano de 2016 foram aprovadas no IX Encontro Nacional do Judiciário, em Brasília/DF, aprovaram as Metas Nacionais, Metas Específicas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2016

Das Metas estabelecidas para o ano de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre teve o seguinte desempenho:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

Desempenho:

1. Julgar mais processos que os distribuídos	121,30%
1º Grau 100,06%	2º Grau 107,01%
TUR 92,53%	JE 191,79%



META 2 – Julgar processos mais antigos

Desempenho:

2. Julgar processos antigos	
1º Grau 119,23%	2º Grau 117,89%
TUR 81,86%	JE 99,37%



META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação

Impulsionar os trabalhos dos CEJUSC's e garantir, conforme previsto na Resolução 125/2010, que homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas.

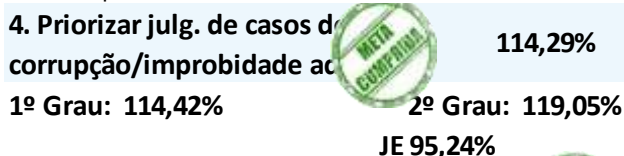
Desempenho:

3. Aumentar os casos resolvidos p/ conciliação (base 2015:17,67%)	15,65%
--	---------------

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

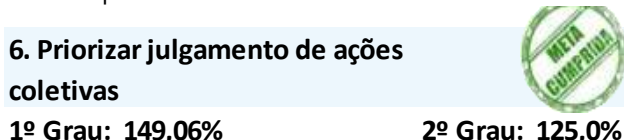
Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2012.

Desempenho:

**META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas**

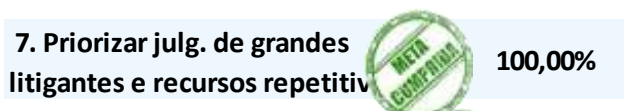
Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas, até 31/12/2012, no 1º grau e, até 31/12/2013, no 2º grau.

Desempenho:

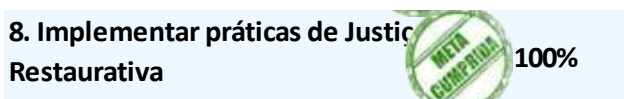
**META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos**

Gestão estratégica das ações de massa, com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

Desempenho:

**META 8 – Implementar Práticas de Justiça Restaurativa**

Implementar projeto com equipe capacitada para oferecer práticas de Justiça Restaurativa, implantando ou qualificando pelo menos uma unidade para esse fim, até 31.12.2016



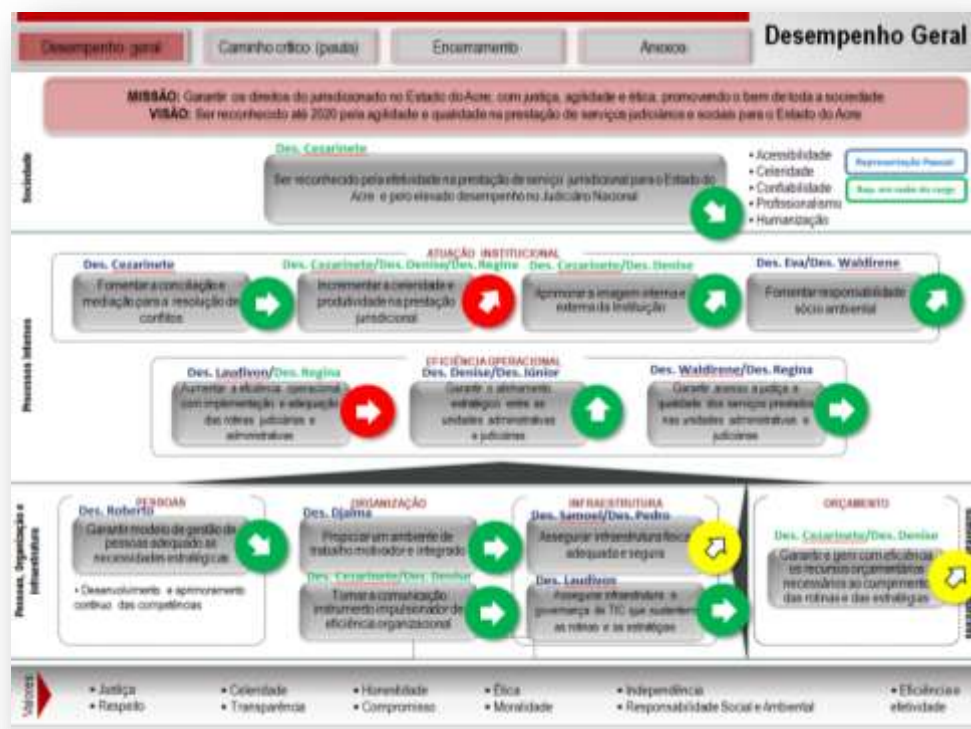
Desempenho do Plano Estratégico de Longo Prazo

Plano Estratégico 2015-2020



O Mapa estratégico é uma representação visual da história da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Esses desafios se constituem nos objetivos que a instituição deverá priorizar ao longo de sua trajetória.

Os resultados individuais, por objetivo, podem ser visualizados no Mapa Estratégico abaixo:



Na avaliação geral do mapa estratégico, a meta era obter 85% de cumprimento dos desafios propostos no Planejamento Estratégico até o final de 2015.

Nesse aspecto, o resultado final em 2015 foi de exatamente 85%, atingindo-se o cumprimento integral da meta proposta.

Esforço Empreendido pelo TJAC

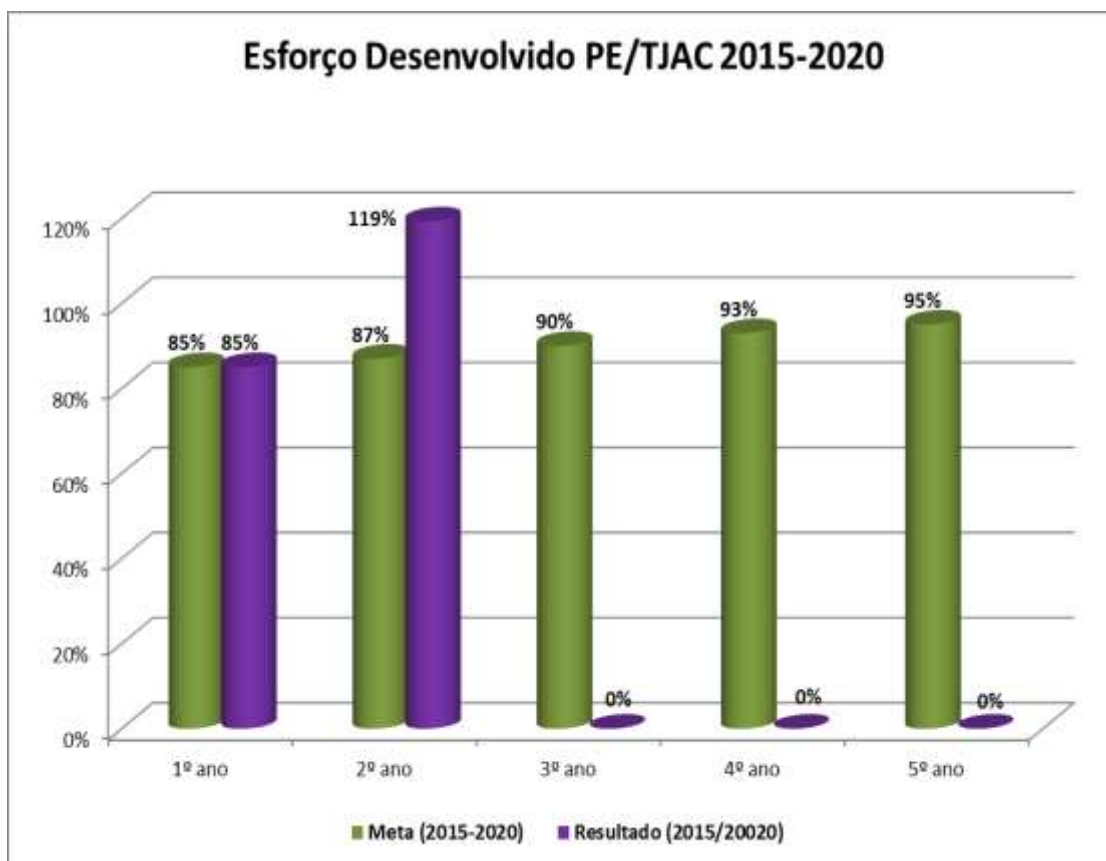
Ao longo do ciclo de execução da estratégia, observa-se uma evolução gradual no desempenho da estratégia, graças ao trabalho conjunto da administração, magistrados e servidores, na execução dos projetos e sob suas responsabilidades.

O desempenho do Mapa Estratégico se dá em função do resultado consolidado de todos os indicadores estratégicos, o que permite obter a nota ponderada para cada ano, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
Meta (2015-2020)	85%	87%	90%	93%	95%
P.E. 2015-2020	85%	119,27%	-	-	-

Como se pode observar no quadro acima, o esforço empreendido no cumprimento deste Plano Estratégico 2015-2020, já no primeiro ano de 2015, demonstra resultados práticos, sendo que em 2016 ultrapassou o patamar da meta no seu segundo ano.

A seguir, é disponibilizado gráfico demonstrativo com o esforço desenvolvido pelo Tribunal de Justiça na execução da estratégia referente aos Planos Estratégicos de 2015-2020 sendo, este último, o pertinente aos resultados do ano de 2016.



INDICADORES ESTRATÉGICOS

INDICADOR	DESCRIÇÃO	DESEMPENHO	RESULT(%)	META	OBSERVAÇÃO
IGOV- governança de pessoal (TCU - modelo)	Mensura por meio de um questionário de autoavaliação adotado e elaborado pelo TCU, a governança de gestão de pessoas do TJAC com a análise das políticas e práticas de gestão de pessoas adotadas pelo Tribunal.	57%	20,00%	35,00%	
Cumprimento do plano anual de capacitação	Verifica o cumprimento da grade de capacitação dos colaboradores.	100%	100,00%	100,00%	
Taxa de mapeamento das competências	Mensura a relação entre competências já mapeadas de Magistrados e Servidores (colaboradores) do TJAC e o total de colaboradores do TJAC.	120%	30,00%	25,00%	
Grau de adequação da alocação de pessoal de acordo com as competências	Mensura a relação entre o somatório das áreas com alocação de pessoas de acordo c/ conformidade definida e total das áreas c/ competências definidas	100%	15,00%	15,00%	
Lacuna de competências	É a relação entre as competências desenvolvidas e as competências necessárias no TJAC	100%	8,00%	8,00%	
Índice de clima organizacional	Mede o grau de satisfação dos colaboradores diretos do TJAC	100%	70,00%	70,00%	
Cumprimento do plano de ação da pesquisa de clima organizacional	Será desenvolvido um plano de ação para os itens críticos identificados na pesquisa. Este indicador irá aferir o quanto desse plano é cumprido.	100%	100,00%	100,00%	
Satisfação Interna - Comunicação Interna	Mede o grau de satisfação dos colaboradores no critério comunicação interna através da pesquisa de clima organizacional.	286%	100,00%	35,00%	
Índice de cumprimento do plano de comunicação interna	Será desenvolvido um plano de atividade de comunicação interna. Este indicador irá aferir o quanto desse plano é cumprido.	100%	100,00%	100,00%	
Cumprimento do plano de obras	Afere o quanto do plano de obras, elaborado a partir da Resolução 170/2012, Sistema de Priorização de Obras, foi executado no período. O plano de obras são as obras (reformas, ampliações e construções novas) prioritárias para o TJAC para o ano.	100%	100,00%	100,00%	
Índice de condições de trabalho	Percentual de itens atendidos por um check list elaborado pelo TJAC baseado na norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego	113%	56,48%	50,00%	
Lacuna de TI	Mensura o percentual de lacunas de TI sanadas a partir da identificação das demandas estratégicas do TJAC e dos itens da pesquisa IGOV- TI do TCU	200%	100,00%	50,00%	
Índice de conformidade de sistemas	Avalia a conformidade (técnica e de uso) dos sistemas que suportam as rotinas e a estratégia, bem como a obsolescência de sistemas ao longo do tempo.	110%	99,00%	90,00%	
Índice de execução do Plano de Risco dos serviços de TI críticos	Mede a relação dos riscos de TI contidos no Plano de Risco que foram afastados em relação aos riscos identificados.	333%	100,00%	30,00%	
Execução orçamentária	Mede orçamento executado em relação ao orçamento atualizado no final do período	100%	92,10%	92,00%	
Execução do orçamento estratégico	Mede a execução do orçamento estratégico em relação ao planejado	101%	93,06%	92,00%	
Aumento de recursos orçamentários	Mede os recursos orçamentários provenientes de arrecadação própria e de outras fontes (convênios, parcerias, etc)	142%	35,56%	25,00%	

MISSÃO INSTITUCIONAL

"Ser reconhecido pela efetividade na prestação de serviço jurisdicional para o Estado do Acre e pelo elevado desempenho no Judiciário Nacional"

O cumprimento de nossa Missão tem a ver com duas vertentes principais: o cumprimento dos processos pendentes - sendo que, menos processos pendentes corresponde a uma justiça mais célere - e o nosso desempenho no Judiciário Nacional.

1ª Medida: Evolução – Baixados X Casos Novos

	2012	2013	2014	2015	2016
Casos Novos	96.185	91.266	77.205	68.775	47.578
Baixados	104.457	109.153	93.217	85.588	50.830
Índice de Atendimento à Demanda	108,60%	119,60%	120,70%	125,00%	106,84%

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica

2ª Medida: Desempenho no Judiciário Nacional IPCJUS

	2011	2012	2013	2014	2015
Justiça em Números	100%	100%	100%	99,2%	86,1%

Fonte: Diretoria de Gestão Estratégica

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de desempenho demonstrada neste Relatório de Gestão aponta mais um ciclo do Planejamento Estratégico sendo realizado, com os índices demonstrando um bom avanço institucional.

Durante a execução do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça, num processo de melhoria contínua, percebe-se que a busca pela Visão Institucional é permitida pelo alinhamento de fatores basilares como: Priorização do Planejamento Estratégico voltado ao cumprimento das metas da Gestão; Disponibilização de Recursos Humanos, Financeiros e Tecnológicos; Gestão de Pessoas e Monitoramento Contínuo das ações e resultados.

Destaca-se, também, o grande investimento realizado na preparação dos magistrados e servidores, que gerará frutos que permitirão sermos referência no cenário nacional.

Com o rigor do Planejamento Estratégico, em consonância com os ditames da Presidência do Poder na Gestão 2015/2017, verifica-se que a Administração está sensibilizada e convicta de que os métodos utilizados de Gestão Estratégica são adequados para levar a instituição para onde à sociedade espera, com a prestação de um serviço humanizado, acessível, ágil, eficaz e efetivo, resguardando a todos o direito à dignidade e a cidadania.

O Relatório Final de Gestão para o Biênio 2015/2017 norteará a continuidade da execução do Planejamento Estratégico, pois identificará os pontos positivos e, ainda, os negativos, que serão vistos como experiências a serem transformadas em sucesso e/ou lições aprendidas.

No entanto, esta Gestão é pautada pelo enfrentamento às dificuldades surgidas, de forma ousada, e os níveis de excelência vêm sendo alcançados, demandando de todos os integrantes do Poder Judiciário acreano um maior esforço e comprometimento, pois nosso desafio é **“Ser reconhecido pela efetividade na prestação de serviço jurisdicional para o Estado do Acre e pelo elevado desempenho no Judiciário Nacional”**.